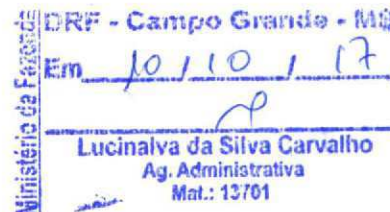


**ILUSTRÍSSIMO DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE
CAMPO GRANDE - MS**

Notificação de lançamento :

2015/927382512817594

Contribuinte:

Dilma do Prado Casanova**CPF: 156.065.111-34***Proc. 1040.722401/2017 - 20*

Dilma do Prado Casanova, brasileira, viúva, inscrita no CPF/MF sob o nº 156.065.111-34, residente e domiciliada a Rua das Garças, 2364, bairro Santa Fé, Cep: 79021-110, neste ato representado por seu procurador(instrumento de mandato incluso), vem respeitosamente perante ao ilustríssimo Delegado da Receita Federal do Brasil unidade de Campo Grande, interpor nos termos do decreto 70.235/72, sua **IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA** contra a NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 2015/927382512817594, em epigrafe, pelos motivos de fato e de direito expostos a seguir.

1. SINTESE DA AUTUAÇÃO

1.1. A impugnante foi autuada em procedimento de revisão de sua DIRPF – Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda Pessoa Física, a recolher o crédito tributário a título de imposto de renda complementar referente o exercício 2015, ano calendário 2014, no valor de R\$ 8.144,34, acrescidos de multa de ofício de 75% e encargos pecuniário, lavrado através da NL (Notificação de Lançamento) nº. 2015/927382512817594.

1.2. A autoridade fiscal lavrou o lançamento por entender que houve omissão de rendimento recebido de pessoa jurídica, além de glosar parte do IRRF(Imposto de Renda Retido na Fonte) informado na DIRPF, por entender que o valor informado na declaração é

[Handwritten signature]

maior que o valor informado pela fonte pagadora na DIRF (Declaração de Imposto Retido na Fonte).

1.3. Segundo se extrai do descritivo contido na NL (Notificação de Lançamento) o contribuinte-impugnante (pagina 02 de 05) deixou de informar o rendimento tributável no valor de R\$ 432,00, da fonte pagadora Secretária de Estado de Administração e Desburocratização, CNPJ n. 02.940.523/0001-43 e o rendimento tributável de R\$ 34.533,05, e IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte no Valor de R\$ 1.159,64, da fonte pagadora Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul, CNPJ n. 10.306.292/0001-49.

1.4. Em resumo a contribuinte-impugnante foi autuada a recolher imposto de renda complementar pela omissão das duas fontes pagadoras, além da glosa de parte do valor do imposto de renda retido na fonte declarado na declaração anual de ajuste de imposto de renda.

1.5. Para fundamentar a notificação de lançamento, a autoridade fiscal indicou os artigos 788, 835 a 839, 841, 844, 871 e 992 do decreto 3.000 de 26/03/1999.

Para fundamentar a notificação de lançamento das omissões de rendimento recebido de pessoa jurídica através do arts. 1º a 3º e §§8º e 9º da Lei 7.713/88; arts. 1º a 3º da Lei 8.134/90; arts 5º, 6º e 33 da Lei 9.250/95; art. 1 e 15 da Lei 10.451/02; arts. 43 a 45, 47, 49 a 53 do Decreto nº 3000/99 – RIR/99

Para fundamentar a notificação de lançamento da Compensação Indevida de Imposto de Renda Retido na fonte através do art. 12, inciso V, da Lei nº. 9.250/95; arts. 7º, §§ 1º e 2º e 87, inciso IV, do §§ 2º do Decreto nº 3.000/99 – RIR/99.

Para fundamentar a notificação de lançamento da Multa de Ofício através do art. 44, inciso I e §3º da Lei n.º 9430/96 com alterações introduzidas pelo art. 14 da Lei n.º 11.488/07 e juros de mora pelo art. 61, § 3º da Lei n.º 9.430/96.

2. TEMPESTIVIDADE



- 2.1. O contribuinte-impugnante foi notificado através de notificação de lançamento enviado através de carta registrada, porém devido a mesma estar com graves problemas de saúde, culminando com procedimento cirúrgico para implantação de ponte de safena, de tal forma que não foi possível responder a notificação.
- 2.2. Ressalta-se que a Lei 9.784/99, em seu artigo 27, da o devido amparo normativo ao reconhecer que o não atendimento da intimação não verte em verdade os fatos nela contido, art. 27, in verbis

“Art. 27. O desatendimento da intimação **não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.**”

Parágrafo único. **No prosseguimento do processo, será garantido direito de ampla defesa ao interessado**”. (grifo e negrito nosso)

- 2.3. Pois o processo administrativo deve se ater ao ***princípio administrativo da verdade material***, que orienta e autoriza a Administração Pública a aceitar e buscar as provas que entender necessárias, conhecendo de novas provas supervenientes ou não, ainda que produzidas em outro processo ou decorrentes de fatos novos. Ademais os processos que resultem em sanções poderão ser revistos a qualquer tempo a pedido ou de ofício, tal afirmativa tem suporte na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal e no art. 65 da Lei nº 9.784/99, que diz:

“Art. 65. Os processos administrativos de que **resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício**, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção”. (grifo e negrito nosso)

Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal:

“SÚMULA 473



A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

- 2.4. Todo exposto para demonstrar que a impugnação é tempestiva e pertinente aos ritos, princípios e normas do processo administrativo.
- 2.5. Conforme se demonstrará adiante, enfim, a notificação de lançamento não prospera e deve ser reformada julgando-a improcedente a pertinência material .

3. FUNDAMENTOS LEGAIS

3.1. Vale ressaltar de início que a discussão ora colocada, podemos assim sumariar: **“erro na digitação no preenchimento do cnpj na ficha de rendimento tributáveis recebidos de pessoa jurídica, no formulário da declaração de ajuste anual do imposto de renda do ano calendário 2014 exercício 2015”**. Logo, a exigência do crédito tributário nos termos previsto na notificação de lançamento, ora impugnado, não procede e deve ser ***integralmente afastado no que refere-se a fonte pagadora Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul(AGESUL) CNPJ nº. 10.306.292/0001-49.***

3.2. Na ficha Rendimento Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica pelo Titular, foi declarada as seguintes fontes pagadoras:

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR					(Valores em Reais)	
NOME DA FONTE PAGADORA	REND. RECEBIDOS DE PES. JURÍDICA	CONTR. PREVID. OFICIAL	IMPOSTO RETIDO NA FONTE	13º SALÁRIO	IRRF SOBRE 13º SALÁRIO	
AGESUL CNPJ/CPF: 15.457.856/0001-68	34.533,05	0,00	1.159,64	3.028,68	140,32	
AG. EST. DE GESAO DE EMPREENDIMENTOS CNPJ/CPF: 15.457.856/0001-68	24.145,84	2.653,35	336,27	1.817,98	0,00	
FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL CNPJ/CPF: 16.727.230/0001-97	0,00	0,00	0,00	831,79	0,00	
TOTAL	58.678,89	2.653,35	1.495,91	5.678,45	140,32	

O cnpj da primeira fonte pagadora (AGESUL) e da Segunda fonte pagadora (Ag. Est. de Gestão de Empreendimentos) são os mesmo, de tal forma que os valores cobrado na NL – Notificação de Lançamento , referente o CNPJ:10.306.292/0001-49 – Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul(AGESUL), com Valor Tributado de R\$ 34.533,05 e IRRF em DIRF no Valor 1.159,64, o valores corretos foram lançados e devidamente computados para apuração do valor do imposto de renda na referida declaração, **somente a transcrição do CNPJ, que foi digitada erroneamente (15.457.856/0001-68), onde o CNPJ correto é o de nº 10.306.292/0001-49**, conforme demonstrado nos fragmentos da DIRPF (Ficha de Rendimento PJ) e da NL(Fonte Pagadora):

Fonte Pagadora:						
CPF Beneficiário	Rendimento inform. Em Dirf	Rendimento Declarado	Rendimento Omitido	IRRF inform. em Dirf	IRRF Declarado	IRRF s/ Omissão
02.940.523/0001-43 - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO E DESBUCRATIZACAO						
156.065.111-34	432,00	0,00	432,00	0,00	0,00	0,00
10.306.292/0001-49 - AGENCIA DE PREVIDENCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL						
156.065.111-34	34.533,05	0,00	34.533,05	1.159,64	0,00	1.159,64

Os valores declarados como fonte pagadora Agesul cnpj: 15.457.856/0001-68, de fato e da AGEPREV-Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul, CNPJ:10.306.292/0001-49, conforme demonstrativo de rendimento do ano calendário 2014 **(juntado a fls xx)** n.

Fica evidente o erro, pois todos os campos exceto o numero do cnpj e a razão social, tem os mesmos valores inclusive os centavos.

A autoridade fiscal deixou de analisar a declaração em seu todo, pois como foi identificado a omissão rendimento, com base no cruzamento com a DIRF, o mesmo procedimento deveria ser adotado e/ou analisado que foi informado rendimento tributado, divergente ou melhor inexistente da DIRF da fonte pagadora ora declarada.

Assim, tem-se tão somente, um erro de digitação no número do CNPJ, quando do preenchimento dos dados da declaração do imposto de renda da contribuinte. Sobre o tema “erro na declaração”, dispõe o CTN:

Modalidades de Lançamento

Art. 147. O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

§ 1º A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.

§ 2º Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

Contudo, a jurisprudência dos tribunais pátrios, é pacífica no sentido de que aos erros percebidos no preenchimento da declaração de rendimentos, deve-se aplicar o princípio da razoabilidade e proporcionalidade, dado que o contribuinte não pode ser penalizado por mero equívoco no preenchimento da declaração que não cause dano algum ao fisco, sendo esse exatamente o caso do presente recurso. Veja-se:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA - PESSOA FÍSICA (IRPF). ERRO FORMAL. PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS. FONTE PAGADORA. CNPJ. IMPOSTO SUPLEMENTAR. MULTA DE OFÍCIO. JUROS DE MORA. INCABÍVEIS. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE.

1. No caso vertente, o impetrante, ao apresentar a declaração de rendimentos relativa ao ano-base de 2009, exercício de 2010, informou, por equívoco, o CNPJ da filial da fonte pagadora, e não o do estabelecimento matriz, o que fez com que a autoridade fiscal lhe enquadrasse na malha fiscal, lançando um imposto suplementar no valor de R\$ 47.870,78 (quarenta e sete mil oitocentos e setenta reais e setenta e oito centavos), acrescido de multa de ofício no importe de R\$ 35.903,08 (trinta e cinco mil



novecentos e três reais e oito centavos) e mais juros de mora de R\$ 12.877,23 (doze mil oitocentos e setenta e sete reais e vinte e três centavos).

2. Muito embora se tenha o disposto no art. 147, § 1º do CTN, que faz referência à retificação da declaração antes de notificado o lançamento, não se pode olvidar acerca da possibilidade de apreciação pelo Poder Judiciário da imposição tributária, mormente se fundamentada em erro de fato.

3. Comprovando o erro no preenchimento da declaração de rendimentos, situação que não implicou alteração da base de cálculo do tributo nem seu recolhimento a menor, não se vislumbrando prejuízo aos cofres públicos, à luz das premissas que norteiam o princípio da razoabilidade, não se justifica a manutenção do lançamento do imposto de renda.

4. Remessa oficial improvida.

(TRF 3ª Região - Apelação Cível - AMS 16563 - SP - 0016563-29.2013.4.03.6100 6ª Turma - Julgamento 09/10/2014 - Relator: Juiz convocado Miguel Di Pierro.)

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. DOAÇÃO. ITD. VALOR LANÇADO COM ERRO NA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA. RETIFICADORA. NULIDADE DA CDA. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

(...)

5. Verifica-se que houve uma doação de imóvel a favor do apelado, tendo sido realizada por sua mãe, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

6. Contudo, ao elaborar a declaração de imposto de renda, o recorrido lançou, por erro material, a quantia de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a qual foi posteriormente retificada e transmitida à Receita Federal.



7. Por isso, outro caminho não há senão procedência dos embargos, declarando a nulidade da Certidão de Dívida Ativa, tal como lançado na sentença.

8. Verba honorária bem fixada, não merecendo reforma.

9. Recurso desprovido.

(TJ-RJ - APELAÇÃO APL 00532054820148190001 RIO DE JANEIRO CAPITAL CARTORIO ELETRONICO DA 11 VARA FAZ PUBLICA -TJ-RJ - 8ª Câmara Cível - Relator: Mônica Maria Costa Di Piero - Data de publicação: 02/06/2016)

TRIBUTÁRIO. ERRO FORMAL NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA. FATO INCONTROVERSO. PRINCÍPIO DA VERDADE REAL.

1. Em matéria tributária deve ser observado o princípio da verdade real.

2. Não havendo controvérsia de fato, no sentido de que efetivamente não ocorreu a hipótese de incidência do tributo, deve ser admitida a retificação do erro pelo contribuinte, até mesmo para evitar o enriquecimento sem causa do Fisco.

(TRF 4ª Região - APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO: APELREEX 12089 RS 2002.71.08.012089-2 - RELATOR: JORGE ANTONIO MAURIQUE - PUBLICAÇÃO: D.E. 22/09/2009 - 1ª Turma)

Assim, não havendo qualquer dúvida de que a Impugnante apenas incorreu em erro ao digitar o CNPJ errado na sua declaração de imposto de renda, deve a notificação de lançamento nº 2015/927382512817594, ser considerada indevida, impondo-se ante aos esclarecimentos dos fatos e fundamentação exposta, o provimento da presente impugnação e consequente improcedência total do auto de infração.

4.



5. DO PEDIDO

5.1. Por todo o exposto a Impugnante, basilada em toda matéria de fato e de direito suficientemente expostos, postula a admissão da presente Impugnação, vez que tempestiva, e ao final, seja julgada totalmente procedente para o fim de **anular** a notificação de lançamento (Nº 2015/927382512817594) ***no que refere-se ao imposto de renda notificado pela omissão da fonte pagadora Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul(AGESUL) CNPJ nº. 10.306.292/0001-49,rendimento tributado no valor de R\$ 34.553,05, pra afastar a cobrança dos valores exigidos.***

5.2. Seja concedido os benefícios da Medida Provisória nº. 783 de 31/05/2017 c.c. Medida Provisória nº. 804 de 29/09/2017, nos demais valores apurados na notificação de lançamento.

5.3. Por fim, protesta provar o alegado por todos os meios de direito admitidos, requerendo-se a juntada de novos documentos e diligências que porventura se façam necessários no entendimento deste julgador.

Segue anexo:

- a) Procuração e documento de identificação do procurador;
- b) Cópia da Notificação de Lançamento(Nº 2015/927382512817594);
- c) Cópia da DIRPF ano calendário 2014, exercício 2015;
- d) Comprovante de Rendimento AGEPREV CNPJ:10.306.292/0001-49.

Campo Grande - MS, 06 de Outubro de 2017.



Dilma do Prado Casanova
CPF: 156.065.111-34



PROCURAÇÃO

OUTORGANTES: DILMA DO PRADO CASANOVA, brasileira, portadora da cédula de identidade RG N.º. 1634040 SEJUSP/MS, inscrita no CNPJ sob o n.º. 156.065.111-34, residente e domiciliada à Rua das Garças, n.º. 2364, Bairro Santa Fé, CEP 79021-110 Campo Grande/MS.

OUTORGADOS: REINALDO PEREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, Contador, portador da Cédula de identidade RG n.º. 791.846 SSP/MS, inscrito no CPF sob o n.º. 805.184.431.-91 e no CRC/MS 6811;

ANDRÉ AFONSO VIEIRA, brasileiro, solteiro, portador da cédula de Identidade RG 908.517 SSP/MS, inscrito no CPF sob o n.º. 715.933.571-68; e

ANA CLAUDIA RIBEIRO DA SILVA, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG n.º. 1753152 SSP/MS, inscrita no CPF sob o n.º. 015.616.761-10, todos com endereço comercial à Av. Presidente Ernesto Geisel, 2.417, Vila Afonso Pena Jr, Campo Grande- MS;

FINALIDADES

E PODERES:

Através deste instrumento, confere-se ao **outorgado** plenos poderes para, isoladamente, represente a **outorgante** perante o CREA-MS, JUCEMS - Junta Comercial do Estado de MS, RFB - Receita Federal do Brasil, SEFAZ-MS - Secretaria de Estado de Fazenda, Caixa Econômica Federal (FGTS), MPAS (INSS), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, Prefeitura Municipal de Campo Grande – MS, FIEMS – Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul, podendo assinar encerramento (baixa) da firma, e todos os atos necessários perante os órgãos elencados acima, além do atendimento as obrigações principais e acessórias Federais, Estaduais e Municipais; podendo para tanto, assinar documentos, cadastrar senhas, efetuar pagamentos, parcelamentos, baixa, receber e dar quitação, além de dar entrada e retirar certidões negativas de débito, extratos, Aidf, alvará, efetuar pesquisas cadastrais e o que mais for necessário para o bom e fiel cumprimento deste. O outorgado Reinaldo Pereira da Silva, já qualificado acima, poderá substabelecer este mandato.

Campo Grande – MS, 06 de setembro de 2017.

2º OFÍCIO

DILMA DO PRADO CASANOVA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE

DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

CATEGORIA
CONTADOR

Nº DO REGISTRO
MS-006811/O-8

NOME
REINALDO PEREIRA DA SILVA

FILIAÇÃO
WILSON PEREIRA DA SILVA
MARIA ZELIA DE OLIVEIRA

Cópia

ASSINATURA DO PROFISSIONAL



Documento de 28 página(s) autenticado

emitido em

NASCIMENTO

24/08/1978

NACIONALIDADE

BRASILEIRA

NATURALIDADE

CAMPO GRANDE-MS

DIPLOMAÇÃO

16/05/2002

CPF

805.184.431-91

RG

791.846 SSP-MS

TÍTULO

BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TÍTULO EXPEDIDO (OU DECL. DE PROVISIONADO)

UCDB - UNIVERSIDADE CATOLICA DOM BOSCO

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei nº 9.295/46, c/c art. 1º da Lei nº 6.206/75.

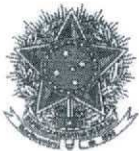


Documento de 28 página(s) autenticado
digitalmente.

DATA DE EXPEDIÇÃO

10/07/2017

Ruberlei Bulgarelli
PRESIDENTE DO CRC


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

99309
4113

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO
Imposto de Renda Pessoa Física
2015/927382512817594

Unidade
DRF CAMPO GRANDE

Identificação do Contribuinte:	
Nome: DILMA DO PRADO CASANOVA	CPF: 156.065.111-34
Endereço: R DAS GARCAS, 2364, SANTA FE, 79021-110, CAMPO GRANDE, MS	

Identificação da Declaração:			
Declaração n.º: 01/85.104.950	Data de Entrega: 30/04/2015	Exercício: 2015	Ano-Calendário: 2014

Local de Lavratura	Data: 09/01/2017	Hora: 09:00:00
RUA DESEMBARGADOR LEÃO NETO DO CARMO, 03, JARDIM VERANEIO, 79127-000, CAMPO GRANDE, MS		
Horário de Atendimento: 07:00 AS 12:00 / 12:00 AS 19:00		

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	Cód. DARF	Valores em Reais (R\$)
IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA-SUPLEMENTAR (Sujeito à Multa de Ofício)	2904	8.144,34
MULTA DE OFÍCIO (Passível de Redução)		8.108,25
JUROS DE MORA (calculados até 31/01/2017)		1.872,38
IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA (Sujeito à Multa de Mora)	0211	0,00
MULTA DE MORA (Não Passível de Redução)		0,00
JUROS DE MORA (calculados até 31/01/2017)		0,00
Valor do Crédito Tributário Apurado		16.124,97

Descrição dos Fatos
Em procedimento de revisão de sua Declaração de Ajuste Anual procedeu-se ao presente lançamento de ofício.

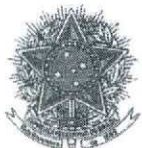
Intimação
<p>Fica o contribuinte intimado a recolher o valor lançado no "Demonstrativo do Crédito Tributário" no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência desta notificação.</p> <p>Caso concorde com o Lançamento, o montante a ser recolhido será recalculado na data do efetivo pagamento, de acordo com o que determina a legislação (a multa de ofício será reduzida em 50% se o pagamento for efetuado até o vencimento desta intimação. Se, no mesmo prazo, for solicitado o parcelamento do débito, haverá redução da multa de ofício em 40%).</p> <p>Caso não concorde com o lançamento, o contribuinte poderá apresentar Solicitação de Retificação de Lançamento (SRL), no mesmo prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência desta notificação, em petição dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição.</p> <p>A impugnação poderá ser apresentada no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da resposta da SRL, em petição dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento de sua jurisdição.</p>

Como Proceder
<p>No sítio da RFB na internet, <http://www.receita.fazenda.gov.br>, no menu "Onde Encontrar", opção "Atendimento - Malha Fiscal" estão disponíveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> Instruções sobre pagamento/parcelamento, apresentação de SRL ou impugnação; Termos e documentos que viabilizam/facilitam qualquer dos procedimentos citados (pagamento/parcelamento, apresentação de SRL ou impugnação). <p>Esclarecimentos pelo telefone: 06733187200</p>

Enquadramento Legal
<ol style="list-style-type: none"> Do Procedimento de Revisão: art. 788, 835 a 839, 841, 844, 871 e 992 do Decreto 3.000 de 26 de março de 1999 (RIR/99); Da Solicitação de Retificação de Lançamento: arts. 145 e 149 do Código Tributário Nacional. Da Impugnação: arts 14 a 17 e 23 do Decreto nº 70.235/72, com alterações introduzidas pelas Leis nº 8.748/93, nº 9.532/97 e nº 11.196/2005.

DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Nome: HENRY TAMASHIRO DE OLIVEIRA	Matrícula: 00069160
Cargo: AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	

preencher a impugnação nestes com o site
quar o documento -> RFB.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pág. 02 De 05
156.065.111-34
2015/927382512817594

DESCRIÇÃO DOS FATOS E ENQUADRAMENTO LEGAL

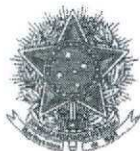
Omissão de Rendimentos Recebidos de Pessoa Jurídica.

Confrontando o valor dos Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica declarados com o valor dos rendimentos informados pelas fontes pagadoras em Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf), para o titular e/ou dependentes, constatou-se omissão de rendimentos sujeitos à tabela progressiva, no valor de R\$ *****34.965,05, recebido(s) da(s) fonte(s) pagadora(s) relacionada(s) abaixo. Na apuração do imposto devido, foi compensado Imposto de Renda Retido (IRRF) sobre os rendimentos omitidos no valor de R\$ *****1.159,64.

[illegible]

Enquadramento Legal:

Arts. 1.º a 3.º e §§, 8.º e 9.º da Lei nº 7.713/88; arts. 1.º a 3.º da Lei nº 8.134/90; arts. 5.º, 6.º e 33 da Lei nº 9.250/95; arts. 1.º e 15 da Lei nº 10.451/2002; arts. 43 a 45, 47, 49 a 53 do Decreto nº 3.000/99 – RIR/1999.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
SECRETARIA DA RECEITA FEDERALPág. 04 De 05
156.065.111-34
2015/927382512817594**DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DO IMPOSTO DEVIDO**

Descrição	Valores em Reais
1) Total de Rendimentos Tributáveis Declarados	58.678,89
2) Omissão de Rendimentos Apurada	34.965,05
3) Total dos Rendimentos Tributáveis Apurados (1+2)	93.643,94
4) Desconto Simplificado (linha 3 X 0,2; limitado a R\$ 15.880,89)	15.880,89
5) Base de Cálculo Apurada (3-4)	77.763,05
6) Imposto Apurado Após Alterações (Calculado Pela Tabela Progressiva Anual)	11.471,00
7) Imposto Devido RRA	0,00
8) Total de Imposto Pago Declarado (Ajuste Anual + RRA)	1.496,91
9) Glosa de Imposto Pago	1.159,64
10) IRRF sobre Infração ou Carnê Leão Pago	1.159,64
11) Saldo do Imposto a Pagar Apurado após Alterações (6+7-8+9-10)	9.975,09
12) Saldo do Imposto a Pagar Declarado	1.830,75
13) Imposto já Restituído	0,00
14) Imposto Suplementar	8.144,34



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pág. 05 De 05
156.065.111-34
2015/927382512817594

(A) DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DA MULTA DE OFÍCIO E DOS JUROS DE MORA

Imposto De Renda Pessoa Física – Suplementar (Sujeito à Multa de Ofício – código DARF 2904)

O Imposto de Renda Pessoa Física-Suplementar apurado em decorrência da alteração do valor do Imposto Devido está sujeito à Multa de Ofício, nos termos do art. 44, Inciso I e § 3.º da Lei n.º 9.430/96, com alterações introduzidas pelo art. 14 da Lei nº 11.488/07.

Fato Gerador	Vencimento	Imposto de Renda Pessoa Física - Suplementar (Sujeito à Multa de Ofício)	Multa		Juros de Mora	
			(%)	Valor R\$(*)	(%)	Valor R\$(*)
31/12/2014	30/04/2015	8.144,34	75,00	6.108,25	22,99	1.872,38

(*) Para obtenção dos valores da multa de ofício e dos juros de mora, os respectivos percentuais foram aplicados sobre o imposto apurado.

Enquadramento Legal:

Multa De Ofício - Passível de Redução: Art. 44, inciso I e § 3º, da Lei nº 9.430/96, com alterações introduzidas pelo art. 14 da Lei nº 11.488/07.

Juros de Mora:

Percentual equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente.

Art. 61, § 3.º da Lei nº 9.430/96.

(B) DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DA MULTA DE MORA E DOS JUROS DE MORA

Imposto De Renda Pessoa Física (Sujeito à Multa de Mora – código DARF 0211)

O Imposto de Renda Pessoa Física, apurado em decorrência das alterações do valor do imposto retido na fonte ou pago (Imposto Retido na Fonte, Carnê-Leão e Imposto Complementar), informado pelo contribuinte em sua Declaração de Ajuste Anual, está sujeito à Multa de Mora, nos termos do art. 18 da Lei n.º 10.833/03.

Fato Gerador	Vencimento	Imposto de Renda Pessoa Física (Sujeito à Multa de Mora)	Multa		Juros de Mora	
			(%)	Valor R\$(*)	(%)	Valor R\$(*)
31/12/2014	30/04/2015	0,00	20,00	0,00	22,99	0,00

(*) Para obtenção dos valores da multa de mora e dos juros de mora, os respectivos percentuais foram aplicados sobre o imposto apurado.

Enquadramento Legal:

Multa de Mora (Não Passível de Redução):

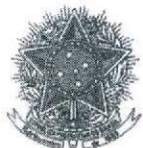
Percentual equivalente à taxa de trinta e três centésimos por cento, por dia de atraso, limitado a vinte por cento. Art. 61, caput da Lei n.º 9.430/96 e art. 18 da Lei n.º 10.833/2003.

Juros de Mora:

Percentual equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente.

Art. 61, § 3.º da Lei nº 9.430/96.

3453GT



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pág. 03 De 05
156.065.111-34
2015/927382512817594

DESCRIÇÃO DOS FATOS E ENQUADRAMENTO LEGAL

Compensação Indevida de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Glosa do valor de R\$ *****1.159,64 indevidamente compensado a título de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), correspondente à diferença entre o valor declarado e o total de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) informado pelas fontes pagadoras em Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf), para o titular e/ou dependentes, conforme discriminado abaixo:

[illegible]

Enquadramento Legal:

Art. 12, inciso V, da Lei nº 9.250/95; arts. 7º, §§ 1º e 2º e 87, inciso IV, § 2º do Decreto nº 3.000/99 - RIR/99.

0002647



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



DILMA DO PRADO CASANOVA
R DAS GARCAS , 2364
 , SANTA FE

IRPF/ 2015

79021-110 , CAMPO GRANDE , MS

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

2015/927382512817594

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO:
CEE BELO HORIZONTE/DR/MG

CEP - 31255-980

MS CAMPO GRANDE DRF



Correios AR Digital		Receita Federal													
DESTINATÁRIO DILMA DO PRADO CASANOVA R DAS GARÇAS, 2364 SANTA FE 79021-110 CAMPO GRANDE MS AR 119060437 RF 		 													
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Centro de Digitalização		156.065.111-34 UA: 01.401.00 2015/927382512817594													
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ : ____ h 2ª ____/____/____ : ____ h 3ª ____/____/____ : ____ h ATENÇÃO: Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.		DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL) <table border="1"> <tr> <th colspan="2">MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO</th> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Mudou-se</td> <td><input type="checkbox"/> Recusado</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Endereço insuficiente</td> <td><input type="checkbox"/> Não procurado</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Não existe o número</td> <td><input type="checkbox"/> Ausente</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Desconhecido</td> <td><input type="checkbox"/> Falecido</td> </tr> <tr> <td colspan="2"><input type="checkbox"/> Outros</td> </tr> </table>		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO		<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/> Não procurado	<input type="checkbox"/> Não existe o número	<input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Desconhecido	<input type="checkbox"/> Falecido	<input type="checkbox"/> Outros	
MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO															
<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Recusado														
<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/> Não procurado														
<input type="checkbox"/> Não existe o número	<input type="checkbox"/> Ausente														
<input type="checkbox"/> Desconhecido	<input type="checkbox"/> Falecido														
<input type="checkbox"/> Outros															
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO 													
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR Dilma do Prado Casanova		DATA ENTREGA 21/01/17													
		Nº DOC. DE IDENTIDADE 1.634.040													
		0000862/0000862													

Imprimir

Fechar

**Receita Federal****MIDAS****Módulo de Impressão de Declarações Assinadas****Usuário:** 156065111**Data/Hora de impressão:** 03/10/2017 15:22:53**CPF do declarante:** 156.065.111-34**ND:** 01/85.104.950**Data/Hora Entrega:** 30/04/2015 10:16:27**Meio de Entrega:** RECEITANET**Modelo:** SIMPLIFICADO**Tipo de documento:** RETIFICADORA**Situação:** FINALIZADA**Entregue com certificado:** NÃO

Esta declaração sofreu alteração dos dados declarados.

FOLHA DE ROSTO

Estes dados são cópia fiel dos constantes em nossos arquivos. Informações protegidas por sigilo fiscal.

NOME: DILMA DO PRADO CASANOVA

CPF: 156.065.111-34

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2015

Ano-Calendário 2014

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Nome: DILMA DO PRADO CASANOVA CPF: 156.065.111-34
 Data de Nascimento: 21/07/1957 Título Eleitoral: 0007228901929
 Houve mudança de endereço? Não
 Um dos declarantes é pessoa com doença grave ou portadora de deficiência física ou mental? Não
 Endereço: TRAVESSA TRAVESSA DOS PODERES Número: 51
 Complemento: Bairro/Distrito: ARNALDO FIGUEIREDO
 Município: CAMPO GRANDE UF: MS
 CEP: 79.043-045 DDD/Telefone: (67) 3341-2947
 Natureza da Ocupação: 32 SERVIDOR PÚBLICO DE AUTARQUIA OU FUNDAÇÃO ESTADUAL E DO DISTRITO FEDERAL
 Ocupação Principal: 116 SERVIDOR DAS DEMAIS CARREIRAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL
 Tipo de declaração selecionada: Declaração Retificadora
 Nº do recibo da declaração anterior do exercício de 2015: 32.03.69.29.27-39

DEPENDENTES

Sem Informações

ALIMENTANDOS

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR

(Valores em Reais)

NOME DA FONTE PAGADORA	REND. RECEBIDOS DE PES. JURÍDICA	CONTR. PREVID. OFICIAL	IMPOSTO RETIDO NA FONTE	13º SALÁRIO	IRRF SOBRE 13º SALÁRIO
AGESUL CNPJ/CPF: 15.457.856/0001-68	34.533,05	0,00	1.159,64	3.028,68	140,32
AG. EST. DE GESAO DE EMPREENDIMENTOS CNPJ/CPF: 15.457.856/0001-68	24.145,84	2.653,35	336,27	1.817,98	0,00
FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL CNPJ/CPF: 16.727.230/0001-97	0,00	0,00	0,00	831,79	0,00
TOTAL	58.678,89	2.653,35	1.495,91	5.678,45	140,32

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELO TITULAR

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELOS DEPENDENTES

Sem Informações

Estes dados são cópia fiel dos constantes em nossos arquivos. Informações protegidas por sigilo fiscal.

Controle: 160437740132889

Página 1 de 7

Data/Hora da Entrega: 30/04/2015 às 10:16:27

Documento de 26 página(s) autenticado digitalmente.

Cópia

NOME: DILMA DO PRADO CASANOVA

CPF: 156.065.111-34

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2015

Ano-Calendário 2014

RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS

(Valores em Reais)

01. Bolsas de estudo e de pesquisa caracterizadas como doação, exceto as da linha 15, exclusivamente para proceder a estudos ou pesquisas e desde que os resultados dessas atividades não representem vantagem para o doador, nem importem contraprestação de serviços	0,00
02. Capital das apólices de seguro ou pecúlio pago por morte do segurado, prêmio de seguro restituído em qualquer caso e pecúlio recebido de entidades de previdência privada em decorrência de morte ou invalidez permanente	34.000,00
03. Indenizações por rescisão de contrato de trabalho, inclusive a título de PDV, e por acidente de trabalho; e FGTS	0,00
04. Lucro na alienação de bens e/ou direitos de pequeno valor ou do único imóvel; lucro na venda de imóvel residencial para aquisição de outro imóvel residencial; redução do ganho de capital	0,00
05. Lucros e dividendos recebidos pelo titular e pelos dependentes	0,00
06. Parcela isenta de proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão de declarante com 65 anos ou mais	0,00
07. Pensão, proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave ou aposentadoria ou reforma por acidente em serviço	0,00
08. Rendimentos de cadernetas de poupança e letras hipotecárias	0,00
09. Rendimento de sócio ou titular de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, exceto pro labore, aluguéis e serviços prestados	0,00
10. Transferências patrimoniais - doações e heranças	0,00
11. Parcela isenta correspondente à atividade rural	0,00
12. Imposto sobre a renda de anos-calendário anteriores compensado judicialmente neste ano-calendário	0,00
13. 75% (setenta e cinco por cento) dos rendimentos do trabalho assalariado recebidos em moeda estrangeira por servidores de autarquias ou repartições do Governo Brasileiro situadas no exterior, convertidos em reais	0,00
14. Incorporação de reservas ao capital / Bonificações em ações	0,00
15. Bolsas de estudo e de pesquisa caracterizadas como doação, quando recebidas exclusivamente para proceder a estudos ou pesquisas, recebidas por médico-residente e por servidor da rede pública de educação profissional, científica e tecnológica que participe das atividades do Pronatec	0,00
16. Benefícios indiretos e reembolso de despesas recebidos por voluntário da Fifa, da Subsidiária Fifa no Brasil ou do Comitê Organizador Brasileiro (LOC) que auxiliar na organização e realização das Copas das Confederações Fifa 2013 e do Mundo Fifa 2014	0,00
17. Transferências patrimoniais - meação e dissolução da sociedade conjugal e da unidade familiar	0,00
18. Ganhos líquidos em operações no mercado à vista de ações negociadas em bolsas de valores nas alienações realizadas até R\$ 20.000,00, em cada mês, para o conjunto de ações	0,00
19. Ganhos líquidos em operações com ouro, ativo financeiro, nas alienações realizadas até R\$ 20.000,00 em cada mês	0,00
20. Recuperação de Prejuízos em Renda Variável (bolsa de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados e fundos de investimento imobiliário)	0,00

Estes dados são cópia fiel dos constantes em nossos arquivos. Informações protegidas por sigilo fiscal.

Documento de 20 páginas, autenticado digitalmente.

Página 2 de 7

Data/Hora da Entrega: 30/04/2015 às 10:16:27

NOME: DILMA DO PRADO CASANOVA

CPF: 156.065.111-34

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2015

Ano-Calendário 2014

21. Rendimento bruto, até o máximo de 90%, da prestação de serviços decorrente do transporte de carga e com trator, máquina de terraplenagem, colheitadeira e assemelhados 0,00

22. Rendimento bruto, até o máximo de 40%, da prestação de serviços decorrente do transporte de passageiros 0,00

23. Restituição do imposto sobre a renda de anos-calendário anteriores 0,00

24. Outros 7.569,31

Beneficiário	CPF	CPF/CNPJ da Fonte Pagadora	Nome da Fonte Pagadora	Descrição	Valor
Titular	156.065.111-34	16.727.230/0001-97	FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL	AUXILIO DOENCA	7.569,31

TOTAL 41.569,31

RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA / DEFINITIVA (Valores em Reais)

01. 13º salário 5.678,45

02. Ganhos de capital na alienação de bens e/ou direitos 0,00

03. Ganhos de capital na alienação de bens, direitos e aplicações financeiras adquiridos em moeda estrangeira 0,00

04. Ganhos de capital na alienação de moeda estrangeira em espécie 0,00

05. Ganhos líquidos em renda variável (bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados e fundos de investimento imobiliário) 0,00

06. Rendimentos de aplicações financeiras 0,00

07. Rendimentos recebidos acumuladamente 0,00

08. 13º salário recebido pelos dependentes 0,00

09. Rendimentos recebidos acumuladamente pelos dependentes 0,00

10. Juros sobre capital próprio 0,00

11. Participação nos lucros ou resultados 0,00

12. Outros 0,00

TOTAL 5.678,45

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE)

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELO TITULAR

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELOS DEPENDENTES

Sem Informações

Estes dados são cópia fiel dos constantes em nossos arquivos. Informações protegidas por sigilo fiscal.

Documento de 20 página(s) autenticado digitalmente.

Página 3 de 7

Data/Hora da Entrega: 30/04/2015 às 10:16:27

Cópia

NOME: DILMA DO PRADO CASANOVA

CPF: 156.065.111-34

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2015

Ano-Calendário 2014

IMPOSTO PAGO / RETIDO

(Valores em Reais)

Imposto complementar:	0,00
Imposto pago no exterior:	0,00
Imposto devido com os rendimentos no exterior:	0,00
Imposto devido sem os rendimentos no exterior:	0,00
Diferença a ser considerada para cálculo do imposto (limite legal):	0,00
Imposto de renda na fonte (Lei 11.033/2004):	0,00
Imposto retido na fonte do titular	1.495,91
Imposto retido na fonte dos dependentes	0,00
Carnê-Leão do titular	0,00
Carnê-Leão dos dependentes	0,00

PAGAMENTOS EFETUADOS

(Valores em Reais)

CÓD.	NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF/CNPJ DO BENEFICIÁRIO	NIT EMPREGADO DOMESTICO	VALOR PAGO	PARC. NÃO DEDUTÍVEL
Titular					
26	CASSEMS	04.311.093/0001-26		2.009,90	0,00
26	CASSEMS	04.311.093/0001-26		1.341,96	0,00

DOAÇÕES EFETUADAS

Sem Informações

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2013	31/12/2014
61	SALDO EM CONTA CORRENTE JUNTO AO BANCO DO BRASIL S/A. AG:0048-5. 105 - Brasil	2.456,90	1.079,47
21	VEICULO FIAT PALIO FIRE FLEX ANO/MODELO 2008 - COR PRATA - PLACA HSY 9724 - FINANCIADO ITAU LEASING. QUITADO EM 2013. 105 - Brasil	33.000,00	33.000,00
11	APARTAMENTO NO 14, COM VAGA NA GARAGEM, NO ROSSI IDEAL PARQUE DOS JATOBAS I, SITUADO AV. TRES BARRAS, 2.301, LAGOA DOURADA, CAMPO GRANDE - MS, CONFORME CONTRATO N. 178857, PELO VALOR DE R\$ 84.584,00. MATERIAL E INSTALACAO DE PISO, VALOR GASTO EM 2014 R\$ 4.902,24. 105 - Brasil	84.584,00	89.486,24

Estes dados são cópia fiel dos constantes em nossos arquivos. Informações protegidas por sigilo fiscal.

Documento de 25 página(s) autenticado digitalmente.

Página 4 de 7

Data/Hora da Entrega: 30/04/2015 às 10:16:27

Cópia

NOME: DILMA DO PRADO CASANOVA

CPF: 156.065.111-34

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2015

Ano-Calendário 2014

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2013	31/12/2014

21	CHEVROLET/ONIX 1.4MT LT ANO/MODELO 2013, COR BRANCA, 5 PORTAS, PLACA OOH2107, ADQUIRIDO ATRAVES DE ALIENACAO FIDUCIARIA AO BANCO DO BRASIL S.A. SENDO R\$ 20.000,00 DE ENTRADA SALDO FINANCIADO EM 24 VEZES. PAGO 12/24 EM 2013, VALOR DE R\$ 10.302,48. VEICULO SINISTRADO VALOR INDENIZADO PELA INDIANA SEGUROS, APOLICE 35181138, NO VALOR DE R\$ 34.000,00. 105 - Brasil	30.302,48	0,00
----	---	-----------	------

21	VEICULO RENAULT/SANDERO EXP 16HP, ANO/MODELO 2013/2014, COR PRATA, FLEX, PLACA OQF8497. 105 - Brasil	0,00	32.300,00
----	---	------	-----------

TOTAL		150.343,38	155.865,71
-------	--	------------	------------

DÍVIDAS E ÔNUS REAIS

Sem Informações

INFORMAÇÕES DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A)

Sem Informações

ESPÓLIO

Sem Informações

DOAÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS

Sem Informações

DOAÇÕES DIRETAMENTE NA DECLARAÇÃO - ECA

Sem Informações

Estes dados são cópia fiel dos constantes em nossos arquivos. Informações protegidas por sigilo fiscal.

Documento de 20 página(s) autenticado digitalmente.

Página 5 de 7

Data/Hora da Entrega: 30/04/2015 às 10:16:27

Cópia

NOME: DILMA DO PRADO CASANOVA

CPF: 156.065.111-34

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2015

Ano-Calendário 2014

RESUMO

TRIBUTAÇÃO UTILIZANDO O DESCONTO SIMPLIFICADO

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS E DESCONTO SIMPLIFICADO

Recebidos de Pessoa Jurídica pelo Titular	58.678,89
Recebidos de Pessoa Jurídica pelos Dependentes	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelo Titular	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelos Dependentes	0,00
Recebidos acumuladamente pelo titular	0,00
Recebidos acumuladamente pelos dependentes	0,00
Resultado tributável da Atividade Rural	0,00
TOTAL DE RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	58.678,89
Desconto Simplificado	11.735,77
Base de cálculo do Imposto	46.943,12
Imposto devido	3.326,66
Imposto devido RRA	0,00
Total do imposto devido	3.326,66

IMPOSTO PAGO

Imposto retido na fonte do titular	1.495,91
Imp. retido na fonte dos dependentes	0,00
Carnê-Leão do titular	0,00
Carnê-Leão dos dependentes	0,00
Imposto Complementar	0,00
Imposto pago no exterior	0,00
Imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004)	0,00
Imposto retido RRA	0,00
Total do imposto pago	1.495,91

IMPOSTO A RESTITUIR

0,00

SALDO IMPOSTO A PAGAR

1.830,75

PARCELAMENTO

Valor da quota	228,84
Número de Quotas	8

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

Débito automático: SIM

Banco	001
Agência (sem DV)	048
Conta para débito	7096 3

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Bens e direitos em 31/12/2013	150.343,38
Bens e direitos em 31/12/2014	155.865,71
Dívidas e ônus reais em 31/12/2013	0,00
Dívidas e ônus reais em 31/12/2014	0,00
Informações do cônjuge ou companheiro(a)	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Rendimentos isentos e não tributáveis	41.569,31
Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva	5.678,45
Rendimentos tributáveis - imposto com exigibilidade suspensa	0,00
Depósitos judiciais do imposto	0,00
Imposto pago sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto pago Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e Aplicações Financeiras	0,00
Total do imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004), conforme dados informados pelo contribuinte	0,00
Imposto pago sobre Renda Variável	0,00
Doações a Part. Políticos, Comitês Financ. e Candidatos	
Imposto a pagar sobre o Ganho de Capital - Moeda Estrangeira em Espécie	0,00
Imposto diferido dos Ganhos de Capital	0,00

Estes dados são cópia fiel dos constantes em nossos arquivos. Informações protegidas por sigilo fiscal.

NOME: DILMA DO PRADO CASANOVA**CPF: 156.065.111-34****DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL****IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA****EXERCÍCIO 2015****Ano-Calendário 2014**

Imposto devido sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre ganhos líquidos em Renda Variável	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e aplic. financeiras	0,00

PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Estes dados são cópia fiel dos constantes em nossos arquivos. Informações protegidas por sigilo fiscal.

Documento de 26 página(s) autenticado digitalmente.

Página 7 de 7

Data/Hora da Entrega: 30/04/2015 às 10:16:27

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**MATRÍCULA**
11796023**Comprovante de Rendimentos Pagos e de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - Ano Calendário de 2014.****1. FONTE PAGADORA**

CNPJ: 10.306.292/0001-49 - AGEPREV

ENDEREÇO: AV.MATO GROSSO 5778 PARQUE DOS PODERES BLOCO VI CAMPO GRANDE MS

2. PESSOA FÍSICA BENEFICIÁRIA DOS RENDIMENTOS

CPF: 156.065.111-34 - DILMA DO PRADO CASANOVA

Aposentadoria, Reserva, Reforma ou Pensão Pagos por Previdência Pública

3. RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS, DEDUÇÕES E IMPOSTO RETIDO NA FONTE

1. Total de rendimentos (inclusive férias)	R\$ 34.533,05
2. Contribuição à previdência oficial	
3. Contribuição à previdência privada e à Fapi	
4. Pensão alimentícia	
5. Imposto retido na fonte	R\$ 1.159,64

4. RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS

1. Parte isenta dos proventos
2. Diárias e ajudas de custo
3. Pensão, proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave e aposentadoria ou reforma por acidente em serviço
4. Lucro e dividendos apurados a partir de 1996 pago por pessoa jurídica
5. Valores pagos ao titular / sócio da microempresa / empresa de pequeno porte, exceto pró-labore, alugueis ou serviços prestados
6. Indenizações por rescisão / PDV / Acidente de trabalho
7. Outros rendimentos

5. RENDIMENTOS SUJEITOS A TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA (RENDIMENTO LÍQUIDO)

1. Décimo terceiro salário	R\$ 3.028,68
2. Imposto sobre a renda retido na fonte sobre 13º salário	R\$ 140,32
3. Outros	

6. RENDIMENTOS RECEBIDOS ACUMULADAMENTE - ART. 12-A DA LEI Nº 7.713, DE 1988

6.1. Número do processo: - Quantidade de meses:

Natureza do rendimento: Rendimentos Acumulados - Art. 12-A da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

1. Total de rendimentos tributáveis (inc. Férias e 13º salário)
2. Exclusão: despesas com a ação judicial
3. Dedução: contribuição à previdência oficial
4. Dedução: pensão alimentícia
5. Imposto sobre a renda retido na fonte
6. Rendimentos isentos de pensão, proveniente de aposentadoria ou reforma por moléstia grave ou aposentadoria ou reforma por acidente em serviço

7. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARESPlano de Saúde: 04.311.093/0001- - Cassems - Código na ANS: 413534 R\$ 2.009,90
26**8. RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES**

Nome: JORGE OLIVEIRA MARTINS

Data: 27/02/2015 Assinatura



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento autenticado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. Corresponde à fé pública do servidor, referente à igualdade entre as imagens digitalizadas e os respectivos documentos ORIGINAIS.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por LUCINALVA DA SILVA CARVALHO em 10/10/2017.

Documento autenticado digitalmente por LUCINALVA DA SILVA CARVALHO em 10/10/2017.

Esta cópia / impressão foi realizada por REINALDO PEREIRA DA SILVA em 26/10/2017.